

Curitiba, setembro de 2024

Aos candidatos/as a prefeito e vereador de Curitiba e demais municípios da Região Metropolitana.

Prezados/as candidatos/as:

As instituições abaixo indicadas vêm pelo presente apresentar uma proposta de criação do Fundo Metropolitano der Conservação de Curitiba como iniciativa fundamental para garantir a qualidade de vida de toda a população da RMC e incentivar a atração de novos negócios.

Esta iniciativa tem como fundamento o advento crescente de eventos climáticos extremos e a necessidade de mudanças fundamentais nas práticas envolvendo a garantir de manutenção de restauração de ambientes naturais capazes de garantir provisão de serviços ecossistêmicos fundamentais, como a provisão de água e a mitigação de situações de estiagens prolongadas e momento de grande pluviosidade.

Na oportunidade, solicitamos um posicionamento formal dos candidatos para as eleições de 2024 em relação ao endosso desta proposta, apresentada no documento em anexo na forma de documento prévio a ser ajustado a partir de ações a serem implementadas na próxima gestão municipal.

A resposta dos candidatos que estejam de acordo com esta proposta poderá ser encaminhada até o dia 22/09/2024, para o seguinte endereço:
spvs@spvs.org.br.

Agradecemos de antemão pela atenção dispensada,

Cordialmente.

Rede de ONGs da Mata Atlântica (RMA), Mater Natura Instituto de Estudos Ambientais, Rede Pró-Unidades de Conservação (Rede Pró- UC), Associação Mar Brasil, CEDEA (Centro de Estudos, Defesa e Educação Ambiental), SPVS (Sociedade de Pesquisa em Vida Selvagem e Educação Ambiental), Nó Latino Americano da Rede de Observação Territorial (RIDOT), Laboratório de Geoprocessamento e Estudos Ambientais da Universidade Federal do Paraná (LAGEAMB-UFPR) e Associação dos Protetores de Áreas Verdes de Curitiba e Região Metropolitana (APAVE).

Fundo Metropolitano para a Conservação da Biodiversidade de Curitiba – FMCB

**Proposta para receber o aval dos candidatos a prefeito e vereador
de Curitiba e Região Metropolitana**

Curitiba e RMA: Resiliência a eventos extremos como estratégia de desenvolvimento econômico e social.

*Iniciativa envolvendo corporações públicas e privadas para
uma ação de impacto coletivo, em parceria com a
Prefeitura Municipal de Curitiba e demais municípios da
Região Metropolitana, visando a criação de um novo
conceito de desenvolvimento, que relacione a conservação
da biodiversidade com ganhos de qualidade de vida e de
incremento econômico.*

Curitiba, setembro de 2024

Conceito da proposta:

- Viabilizar ações voltadas à conservação da biodiversidade como provisão de serviços ecossistêmicos e a ampliação de sua capacidade de adaptação e resiliência às mudanças climáticas nos 29 municípios da Região metropolitana de Curitiba.

Estruturação da iniciativa:

- Proposta a ser incorporada pela Prefeitura Municipal de Curitiba, para estruturação de estratégias de conservação de áreas naturais na Região Metropolitana.
- A iniciativa visa gerar ações de conservação da biodiversidade e tem correspondência com plano de ação da atual gestão municipal de Curitiba para a Região Metropolitana.
- Busca dar suporte à implantação de um Fundo Metropolitano de Conservação da Biodiversidade, conforme Plano Gestor do Município.
- Estratégia e atrair investimentos privados a partir da disseminação das normas e metodologia da “Certificação LIFE” – certificação ambiental que qualifica empresas que inserem ações de conservação da biodiversidade em seus processos de gestão ambiental.

Justificativas:

- As mudanças climáticas e a perda da biodiversidade configuram fração relevante dos problemas ambientais que o Planeta enfrenta atualmente. Seus maiores efeitos estão sobre as cidades, gerando impacto na qualidade de vida das pessoas e nas condições de funcionamento das operações empresariais.
- As áreas naturais apresentam qualidades relevantes para enfrentamento às mudanças climáticas: seus serviços ecossistêmicos trazem condições para adaptação aos eventos climáticos extremos, podendo servir para contenção de enchentes, regulação do microclima e garantir maior bem-estar.
- Os ambientes naturais urbanos e peri-urbanos representam valores culturais, além de proporcionar atividades de recreação e turismo. Colaboram com ações educacionais, formando cidadãos mais conscientes da importância do patrimônio natural.
- Pelo seu histórico, Curitiba e região ainda guardam condições muito favoráveis para iniciativas inovadoras em conservação de ambientes naturais.
- Para as empresas participantes, propicia uma excelente possibilidade de parceria com o poder público municipal, garante elementos para visibilidade de logomarca, uso institucional dos resultados do investimento em iniciativas de comunicação e marketing, antecipação de cenários e relações com públicos de interesse – incluindo instâncias governamentais e comunidades locais.

Público beneficiário:

- Trata-se de um projeto que impacta toda a Região Metropolitana de Curitiba e como intenção representar uma ação inovadora e de potencial de replicabilidade nacional e internacional. Seus benefícios são extensivos a toda a população.

Fundo Metropolitano para a Conservação da Biodiversidade de Curitiba - FMCB

APRESENTAÇÃO

A conservação da biodiversidade, na Região Metropolitana de Curitiba, oferece uma excelente oportunidade para o alinhamento dos diversos atores e instituições que já vem desenvolvendo iniciativas na área. Ao mesmo tempo, é uma das ações mais estratégicas para garantir a resiliência às mudanças climáticas.

O Fundo Metropolitano para a Conservação da Biodiversidade da Região Metropolitana de Curitiba (FMCB) se constitui num mecanismo capaz de contribuir para o ajuste e consequente expansão destas ações estratégicas, promovendo a aplicação coletiva de recursos financeiros, de forma articulada, possibilitando desde a criação de novas Unidades de Conservação, a formação de corredores ecológicos, a recuperação de áreas degradadas, o manejo e o monitoramento ambiental, estudos de adaptação e mitigação, a educação da sociedade para conservação, especialmente em áreas urbanizadas. O Fundo integra as Diretrizes do Plano Diretor de Curitiba e as Diretrizes para a Conservação da Biodiversidade na Região Metropolitana de Curitiba, essa última concebida por representantes de instituições que atuam na área de conservação da natureza da RMC.

É um instrumento de viabilização de programas de financiamento ambiental, com recursos advindos de diversas fontes como compensação ambiental e cooperação nacional e internacional, entre outros, mas valendo-se, sobretudo, das parcerias público-privadas, enquanto uma modalidade de contrato de concessão de acordo com a Lei 11.079 de 30/12/2004.

O FMCB apresenta a possibilidade de financiar a implementação de alianças indispensáveis para que a conservação da biodiversidade ganhe escala e esteja na agenda de prioridades dos diversos segmentos, públicos e privados. Oportunizando a ampliação de políticas públicas, os programas de gestão e os investimentos efetivos para que os municípios da Região Metropolitana de Curitiba garantam a resiliência frente aos eventos climáticos extremos, e minimizem as perdas sociais, econômicas e ambientais.

URBANIZAÇÃO E CONSERVAÇÃO – EQUILÍBRIO NECESSÁRIO PARA A GARANTIA DA RESILIÊNCIA NAS CIDADES

Estamos vivendo um período de mudanças climáticas e temos observado a cada ano a temperatura média da Terra aumentar, assim como a quantidade de carbono presente na atmosfera. A interferência humana no clima do planeta, em decorrência principalmente do desmatamento e da poluição, está cada vez mais evidente e intensa. Nós vivemos num país geograficamente privilegiado, que abriga a maior floresta do mundo, a Amazônica, e uma das mais ricas em biodiversidade, que é a Mata Atlântica, mas a prática da destruição do patrimônio natural continua enraizada em nossa sociedade.

A perda da biodiversidade, a degradação de espaços terrestres e aquáticos e as mudanças climáticas, afetam diretamente a qualidade de vida, a economia e o desenvolvimento da nossa sociedade. A crise hídrica em cidades como São Paulo e Brasília nos lembra constantemente que os graves problemas relacionados ao abastecimento de água estão relacionados com ao desmatamento, à falta de conscientização e a carência de políticas voltadas para a conservação da natureza. Neste contexto, as áreas urbanas tornam-se objeto de análise e planejamento, em conjunto com as áreas periurbanas, para que políticas e estratégias que visem o aumento da resiliência ambiental sejam incorporadas à gestão pública em caráter de prioridade.

Entre 1990 e 2013, o desmatamento no Brasil foi responsável por 62% do total de emissões de gases de efeito estufa, ou seja, 30 milhões de toneladas de CO₂ foram emitidas na atmosfera. Na Mata Atlântica, há muito tempo o cenário de degradação preocupa, principalmente quando se avalia que em cerca de 500 anos, a cobertura deste bioma passou de 130 milhões de hectares para 9,1 milhões de hectares. Ou seja, restam apenas 8,5% da mata original a qual se encontra em grande parte fragmentada e ameaçada.

A Floresta com Araucária, ecossistema da Mata Atlântica, originalmente ocupava 20 milhões de hectares em todo o Brasil. No Paraná representavam 7,5 milhões de hectares, mas os últimos remanescentes em bom estado de conservação, desse rico

ecossistema, estão resumidos em 70 mil hectares, dispersos em áreas públicas e privadas. Em pior situação, estão os Campos Naturais, os quais da extensão original de 11,47%, resta apenas 0,9%. Segundo levantamento da SOS Mata Atlântica e Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE), o Paraná é o estado que mais desmatou nos últimos 30 anos.

A destruição de áreas naturais contribui triplamente para o aquecimento global: pela perda do carbono fixado na biomassa vegetal, pela cessão de absorção de CO₂ da atmosfera durante o processo de fotossíntese, e pela liberação de carbono estável no solo que, com a destruição da vegetação, fica exposto e propicia a liberação de moléculas de gases de efeito estufa. Portanto, ações que evitem a destruição de áreas naturais ou que promovam a recuperação de áreas degradadas são de fundamental importância no enfrentamento às mudanças climáticas.

Estudos apontam que o Paraná poderá apresentar dias mais secos e mais quentes nos próximos 25 anos, com um incremento na temperatura de até 5,6°C e uma diminuição de 18% no volume de chuvas na região nordeste, e um aumento na precipitação nas regiões sul e sudeste, que compreende parte da Região Metropolitana de Curitiba (RMC). Com aproximadamente 3,2 milhões de habitantes, a RMC é uma das mais populosas do Brasil, concentrando 91,7% da população na zona urbana e apenas 8,3% na zona rural. Há uma tendência cada vez maior de expansão urbana nos municípios limítrofes de Curitiba, pela aparente saturação da capital.

A Região Metropolitana de Curitiba (RMC) apresentou uma das maiores taxas de crescimento do Brasil nas duas últimas décadas. Entre 2000 e 2010 a RMC cresceu 1,36% ao ano, concentrando atualmente 3,2 milhões de habitantes, aumentando a demanda por uso e ocupação do solo e consequentemente a perda e degradação das áreas naturais. O último levantamento de remanescente florestais mostrou que a RMC apresenta cerca de 16% de remanescentes florestais da sua cobertura original. O estudo mostrou que a RMC liderou o desmatamento entre as regiões metropolitanas do Brasil, perdendo 775 ha no período de 2008 a 2010.

Diante dos impactos crescentes da nossa sociedade sobre a natureza, e dos prejuízos generalizados que estão se agravando cada vez mais, há a necessidade de uma visão diferenciada com a finalidade de preservação da biodiversidade e dos serviços

ecossistêmicos dos quais dependemos como: a manutenção da qualidade da água para o abastecimento público; a recarga dos lençóis freáticos e aquíferos; a regulação do clima regional; a manutenção da qualidade do ar; a absorção de poluentes atmosféricos; o conforto térmico e acústico; a proteção do solo, evitando deslizamentos e erosão; a redução dos riscos de enchentes e alagamentos; a manutenção da paisagem e dos valores culturais e estéticos; a polinização; o habitat para flora e fauna silvestres; o fornecimento de matéria-prima e de recursos genéticos; entre outros.

As áreas naturais inseridas ou próximas aos grandes centros urbanos, aumentam a resiliência do ambiente e diminuem a vulnerabilidade frente aos eventos climáticos extremos, pois ecossistemas bem manejados possuem potencial mais elevado de adaptação, resistindo e recuperando-se com maior facilidade. Entendendo adaptação como o ajuste em sistemas naturais ou humanos, em resposta aos impactos das mudanças climáticas, atuais ou previstas, de modo a minimizar os prejuízos ou potencializar benefícios.

A Adaptação baseada em Ecossistemas (AbE) é definida como o uso dos serviços ecossistêmicos e da biodiversidade como parte de uma estratégia de adaptação mais ampla para auxiliar as pessoas e as comunidades a se adaptarem aos efeitos negativos das mudanças climáticas em nível local, nacional, regional e global (TRAVERS *et al.*, 2012). O uso dos serviços ecossistêmicos (“infraestrutura verde”) vem sendo comparado com a implantação de medidas de engenharia convencional (“infraestrutura cinza”) em diversos projetos, sendo que muitos deles não eram denominados como AbE, apesar de apresentar clara influência na adaptação às mudanças climáticas. O *World Resources Institute* apresenta, por exemplo, o caso de Nova Iorque, que, na década de 90, implantou ações de melhoramento nas bacias de captação de água, reduzindo os custos com captação e tratamento de água para a população. Esta opção evitou o custo de 8 a 10 bilhões de dólares na construção de uma nova planta de tratamento de água, promovendo um investimento de cerca de 100 milhões de dólares na economia rural, sendo considerado um estudo de caso de sucesso, pioneiro no pagamento por serviços ambientais (GARTNER *et al.*, 2013).

Em pesquisa publicada em junho de 2016 no periódico científico *Urban Forestry & Urban Greening*, estimou-se que as árvores que ladeiam as ruas das cidades do estado

da Califórnia contribuem com cerca de US\$ 1 bilhão por ano em economia para os cofres públicos — quase US\$ 111 por cada uma das 9,1 milhões de espécimes que permeiam as áreas urbanas do estado (sem considerar os parques naturais). As árvores rendem US\$ 10,3 milhões em armazenamento de carbono; US\$ 18,1 milhões na remoção de poluentes do ar; 41,5 milhões na prevenção de enchentes e US\$ 101 milhões em economia de energia para aquecimento e resfriamento; e ainda elevam os valores de propriedade de imóveis da região em quase US\$ 838 milhões. Para cada US\$ 1 gasto no plantio e manutenção de uma árvore da rua, há um retorno médio de US\$ 5,80 em benefícios para a Califórnia.

Há metodologias de valoração dos benefícios econômicos e sociais, diretos e indiretos, gerados para a sociedade em termos locais e globais, em razão da existência de áreas protegidas, em especial as Unidades de Conservação (UCs). Um estudo realizado pela Fundação Grupo Boticário (2016), comparou cenários alternativos de ocupação territorial, usualmente considerados “COM unidade de conservação” ou “SEM unidade de conservação” (é essencial e indispensável conhecer as atividades produtivas existentes na área, antes da criação das unidades). Foram avaliadas sete UCs brasileiras, entre elas o Parque Natural Municipal Barigui, principal parque de Curitiba, inaugurado em 1972. O parque possui 140 hectares e foi criado com objetivo de evitar assoreamento e poluição dos rios, além de impedir a ocupação irregular das suas margens. Aberto ao uso público desde sua criação, tem visitação anual em torno de 9 milhões de pessoas. A metodologia do estudo levou em conta 10 itens que geram benefícios econômicos e que puderam ser mensurados (Tabela 2). Ao final, foi obtido o valor de R\$ 43.237.782,00 em benefícios obtidos, e para cada R\$ 1,00 investido pela Prefeitura de Curitiba no Parque Barigüi, há um retorno à sociedade de R\$12,50 movimentando a economia local.

Os municípios da Região Metropolitana de Curitiba devem priorizar e investir na proteção e restauração das áreas naturais remanescentes para não direcionar o seu futuro para as mesmas contingências negativas que outras regiões metropolitanas têm assumido, com inevitável perda de qualidade de vida e riscos de limitações sociais e econômicas crescentes. É grande a quantidade e a boa qualidade dos planos, programas e projetos na área ambiental, desenvolvidos para a RMC, em fase de elaboração ou de

implementação, pelas diversas instâncias governamentais e terceiro setor. No entanto constata-se que a conservação da biodiversidade tem sido deixada em segundo plano. Há carência de políticas públicas, programas de gestão e investimentos efetivos para que a conservação ganhe escala e esteja na agenda de prioridades dos diversos segmentos, públicos e privados.

A mudança para uma nova forma de relação com a natureza em nossa sociedade é fundamental e imprescindível para garantirmos a vida no presente e no futuro.

OPORTUNIDADES

Curitiba tem um histórico de iniciativas, com intuito de manutenção de áreas naturais urbanas, voltadas a criação de áreas protegidas, públicas e particulares. Cabe destacar o Refúgio de Vida Silvestre do Bugio, que integra três municípios, formando o maior mosaico urbano desta categoria de Unidade de Conservação do país, com 1.764,8 ha. Outro destaque é o pioneirismo no incentivo a criação de RPPN Municipal. Curitiba é a segunda cidade brasileira com mais Reservas Particulares Urbanas, tendo estabelecido, desde 2006, aproximadamente 60 reservas.

Curitiba integra o C40 - grupo de grandes cidades mundiais, empenhado em debater e combater a mudança climática, e é membro do Urban LEDS - Estratégias de Desenvolvimento Urbano de Baixo Carbono, promovido pelo ICLEI (International Council for Local Environmental Initiatives). Em 2012 recebeu, na Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável Rio+20, o prêmio Global Green City Award (Cidade Verde) concedido pelo Fórum Global sobre Assentamentos Humanos – GFHS. Em 2010 e 2014, foi contemplada com o prêmio Green City Index - Cidade mais verde e sustentável da América Latina.

O Plano Diretor de Curitiba considerou a importância dessas áreas naturais e da integração da Região Metropolitana como condição para a manutenção e provisão dos serviços ecossistêmicos. O Artigo 62 traz as seguintes diretrizes nesse sentido: II - *Elaborar e implementar planos, projetos, programas de ações de proteção e educação ambiental e cultural visando a gestão compartilhada do meio ambiente com os demais municípios da Região Metropolitana de Curitiba*; XXVI - *Promover políticas públicas de*

*gestão ambiental e conservação da biodiversidade integrada ao território da Região Metropolitana de Curitiba. E o inciso XXXIII prevê a criação de um fundo metropolitano com essa perspectiva: **Promover a criação de um fundo metropolitano para a conservação da natureza visando garantir a resiliência, provisão de água e condições adequadas à adaptação das mudanças climáticas.***

Em 2015 foi aprovada a Lei Federal 13.089 que institui o Estatuto da MetrÓpole e a COMEC - Coordenação da Região Metropolitana de Curitiba já iniciou os trabalhos para o realinhamento de sua estrutura, buscando adaptar-se ao modelo de governança e diretrizes para a elaboração do Plano de Desenvolvimento Urbano Integrado (PDUI). Os municípios que integram Regiões Metropolitanas têm prazo de três anos para entregar seus PDUI. Para tanto, a COMEC fará a revisão do Plano de Desenvolvimento Integrado, elaborado em 2006. Essa é uma oportunidade de construção conjunta de ações baseadas em conhecimento e instrumentos atualizados.

O Pró-MetrÓpole, programa de fortalecimento regional com o objetivo de integração e união de esforços entre o público e o privado na RMC, se torna um espaço propício para tratar de temas tão relevantes como a conservação da natureza e a segurança climática. Uma iniciativa inovadora, que poderá ser também referência para o desenvolvimento e a manutenção de áreas naturais como um ativo econômico e social, por meio dessas parcerias.

Outra iniciativa curitibana de destaque é o Instituto LIFE, que orienta empresas e instituições a adotarem uma postura responsável para com o meio ambiente, a fim de contribuir para a manutenção da composição, estrutura e função dos ecossistemas, dos processos ecológicos e a oferta perene dos serviços ambientais (como ciclo da água, regulação climática, fornecimento de diversas matérias-primas, entre outros). Para tal, realiza avaliações e diagnósticos de impactos positivos e negativos ao meio ambiente, produz ferramentas de gestão para a sustentabilidade, sendo responsável pela metodologia de Certificação LIFE. Esta certificação avalia a gestão ambiental da organização através de um sistema de pontuação, com o objetivo de propor um mínimo em ações de conservação da biodiversidade que cada organização deverá realizar para a obtê-la.

Com base no contexto e nas oportunidades relatadas acima, esta proposta apresenta as bases para a criação do Fundo Metropolitano de Conservação da Biodiversidade. A iniciativa corresponde com os anseios da atual gestão municipal de Curitiba que tem a intenção, cada vez maior, de agir no território de forma integrada com a Região Metropolitana. É uma proposta ousada, mas que permitiria à RMC dar um salto de qualidade na conservação da natureza.

Ressalta-se que o Decreto Estadual Nº 2377 de 28 de julho de 2000 aprovou o regulamento do Fundo de Preservação Ambiental da Região Metropolitana de Curitiba - FPA-RMC, mas, no entanto, não se tem informações sobre a atividade do mesmo.

PROPOSTA PARA A CRIAÇÃO DO FUNDO METROPOLITANO DA CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE (FMCB)

O Fundo Metropolitano de Conservação da Biodiversidade deverá ser uma parceria entre o setor privado, instituição sem fins lucrativos e o poder público e sua criação deverá ser estabelecido por meio de um instrumento legal que normatize sua gestão.

A estrutura de governança deverá prever uma **secretaria executiva** para operacionalização do fundo e garantir a integração entre os atores; um **comitê técnico** para orientar, monitorar e avaliar o andamento das ações; uma **governança financeira** para ordenar os critérios de captação e uso e buscar novos ingressos, além de prever um estudo econômico que indique o número de recursos necessários para garantir a sua manutenção e expansão. Todos os componentes de gestão atuarão de forma integrada no intuito de gerar transparência na iniciativa e garantir a efetividade de implementação do FMCB



Objetivo

Viabilizar Programa Integrado de Conservação da Biodiversidade ampliando a capacidade de adaptação e resiliência às mudanças climáticas por meio da proteção e restauração de áreas naturais na RM de Curitiba através da criação de um Fundo Metropolitano para a Conservação da Natureza.

Metas

- Promover a articulação com as instâncias públicas estaduais e municipais, privadas e terceiro setor, para criação do Fundo.
- Estruturar a governança e os arranjos legal e financeiro para o Fundo.
- Estruturar os mecanismos para a sustentabilidade e o aporte de recursos para o Fundo, nacionais e internacionais, como o Green Climate Fund (GCF).
- Aportar recursos para ações prioritárias e estratégicas para conservação e resiliência.

- Ser referência na busca de soluções em escala para o desafio de mitigar as consequências das mudanças climáticas com base em ações de conservação, em grandes metrópoles

Resultados esperados

- Promover a integração entre as instâncias públicas nos 29 municípios da RMC;
- Influenciar a criação de políticas públicas de conservação da biodiversidade a partir de subsídios técnicos;
- Criar um banco de dados sobre a RMC para subsidiar ações de conservação da natureza.
- Estimular a parceria público-privada em prol da conservação da RMC;
- Consolidar a Certificação LIFE como instrumento efetivo de aproximação da iniciativa privada com a agenda da conservação da biodiversidade.
- Promover a educação e o engajamento da sociedade para uma nova forma de relação com a natureza, de acordo com a agenda global dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS).

Fundamentação Técnica para aplicação dos recursos

A incorporação da conservação da biodiversidade na gestão dos recursos naturais deve ser um norteador das políticas públicas de construção do Fundo da RMC. Sua aplicação será embasada a partir do reconhecimento e da aplicação do documento intitulado **“Diretrizes para a Conservação da Biodiversidade na Região Metropolitana de Curitiba”**. O documento, em fase de finalização, é fruto de uma Reunião Técnica realizada em 24 de agosto de 2017, na Universidade Livre do Meio Ambiente em Curitiba, que contou com a presença de 36 participantes de 22 instituições públicas e privadas com atuação na RMC e em conservação da natureza.

A partir desse documento, pretende-se formar um Grupo de Trabalho (GT) com integrantes de referência na conservação da biodiversidade, com função de apoio técnico para embasar a aplicação dos recursos do FMCB. O GT terá um olhar estratégico de forma a contribuir com as políticas públicas e ações de conservação da natureza. Para que sejam criadas e implementadas de forma integrada. Além disso, possam ser avaliadas na sua efetividade e reconduzidas quando necessário.

Ações Estratégicas e Prioritárias

- Criação de políticas públicas de conservação da biodiversidade para a RMC.
- Realização de Inventários de Emissões de Gases de Efeito Estufa em todos os municípios da RMC.
- Elaboração de Planos Municipais de Resiliência, Mitigação e Adaptação às Mudanças Climáticas.
- Elaboração dos Planos Municipais de Conservação e Recuperação da Mata Atlântica.
- Capacitação de servidores e gestores públicos em mudanças climáticas e soluções baseadas na natureza.
- Apoio à criação de Unidades de Conservação públicas e privadas, à elaboração e implementação de Planos de Manejo.
- Apoio a implantação de programas de Pagamento por Serviços Ambientais (PSA), principalmente em áreas de manancial.
- Apoio aos hortos municipais, para produção de plantas nativas para restauração e arborização urbana.
- Apoio aos pequenos proprietários rurais na implementação do Programa de Regularização Ambiental (PRA).
- Apoio na revisão de Planos Diretores Municipais, para incorporação de zoneamento e diretrizes para conservação da biodiversidade.
- Criação e implementação de campanhas permanentes de comunicação sobre conservação de áreas naturais.

Públicos beneficiários

- Servidores e gestores públicos dos municípios da Região Metropolitana de Curitiba.
- Segmentos privados atuais e futuros que terão interesse em investir em uma região com resiliência às questões climáticas.
- População da RMC, pois trata-se de uma iniciativa que pretende impactar positivamente todo o território.
- Outros centros urbanos que poderão implantar o mesmo sistema a partir do exemplo de Curitiba.

Articulação Política

A partir da vinculação do tema conservação da biodiversidade no Pró-Metrópole, pretende-se criar uma motivação do setor público e privado, para investimentos em ações de conservação da natureza, incorporando políticas e estratégias para o enfrentamento às mudanças climáticas.

A liderança do Prefeito de Curitiba será fundamental para o endosso dos membros do Pró-Metrópole à iniciativa de criação e implementação do Fundo. Sua atuação poderá articular a aproximação estratégica com corporações públicas e privadas, estabelecidas em Curitiba e na Região Metropolitana (RMC).

Recursos e gestão financeira do Fundo Metropolitano

Podem constituir recursos do Fundo:

1. Recursos do Estado e dos municípios em valores que guardem proporcionalidade com a receita corrente livre de cada município e em percentuais a serem definidos;
2. Dotações orçamentárias ou transferências da União destinadas à execução de planos, programas, projetos, obras e serviços no âmbito metropolitano;
3. Recursos provenientes de organismos internacionais ou de outros países, de organizações não governamentais e de acordos multilaterais;
4. Recursos da cobrança pelo uso da água, destinados pelo Comitê de Bacia Hidrográfica;
5. Multas impostas a infratores da legislação ambiental;
6. Doações, empréstimos e transferências de instituições nacionais ou internacionais, públicas ou privadas;
7. Doações de pagadores por serviços ambientais, efetuadas com a finalidade específica de remunerar serviços ambientais de que se beneficiem;
8. Remuneração oriunda da fixação e sequestro de carbono em projetos desenvolvidos no âmbito do Mecanismo de Desenvolvimento Limpo MDL;
9. Produtos de operações de créditos nacionais ou externas, contraídas pelo Estado ou por municípios da RMC, destinados à aplicação em obras e serviços de interesse comum metropolitano;
10. Retornos de financiamentos concedidos;
11. Outros recursos de origem privada ou pública.

A busca por recursos iniciais para que seja possível a articulação pretendida será realizada a partir de convites para corporações que pretendam estar inseridas na condição de promotoras da iniciativa. Entre os mecanismos, a Certificação Life se constitui em um instrumento estratégico para investimento do setor privado. A partir

da mensuração dos impactos da organização e do estabelecimento de iniciativas de conservação, para além dos aspectos legais, reconhecendo o compromisso de empresas que inserem ações de conservação da biodiversidade em seus processos de gestão ambiental. Como parte da metodologia estabelecida para a constituição do FMCB as empresas que buscarem a Certificação LIFE farão seus investimentos voluntários com aportes anuais correspondentes, como aporte ao Fundo, que passa ser capitalizado com recursos privados. Dessa forma é possível vincular a iniciativa, ao Fundo Metropolitano.

Os recursos desse Fundo poderão ser provenientes das fontes supracitadas, ressaltando a contribuição do setor privado, via Certificação Life. Será estruturada uma proposta de aproximação com corporações privadas de Curitiba e Região Metropolitana, liderada pelo Prefeito de Curitiba e presidente do Pró-Metrópole. Esse esforço poderá ser realizado mediante uma parceria prévia entre a SMMA/PMC, instituições não governamentais conservacionistas locais, empresas, Instituto LIFE e uma instituição que fará a gestão do FMCB, a exemplo do Fundo Brasileiro para a Biodiversidade - Funbio.

O Fundo Brasileiro para a Biodiversidade - Funbio, é uma associação civil sem fins lucrativos criada na década de 90 pelo Ministério do Meio Ambiente e pelo GEF (Global Environmental Facility), ligada ao Banco Mundial e especializada na administração e gestão de Fundos de Conservação, gerindo atualmente grandes projetos em todo o Brasil. É um mecanismo financeiro inovador, criado para desenvolver estratégias que contribuam para a implementação da Convenção sobre Diversidade Biológica (CDB) no Brasil. Ao longo dos seus 21 anos de operação, o Funbio atua como parceiro estratégico do setor privado, de diferentes órgãos públicos estaduais e federais e da sociedade civil organizada. Essas parcerias viabilizam os investimentos socioambientais das empresas e a redução e mitigação de seus impactos, bem como o cumprimento de suas obrigações legais. Na esfera pública, visam consolidar políticas de conservação e viabilizar programas de financiamento ambiental.

Além de garantir a aplicação adequada dos recursos de fundos específicos o Funbio realiza editais, efetiva compras e outros diferentes serviços que estejam dentro do escopo de fundos específicos que são colocados sob sua responsabilidade, seguindo

rigorosamente o contrato estabelecido pela fonte que tem o domínio sobre esses recursos.

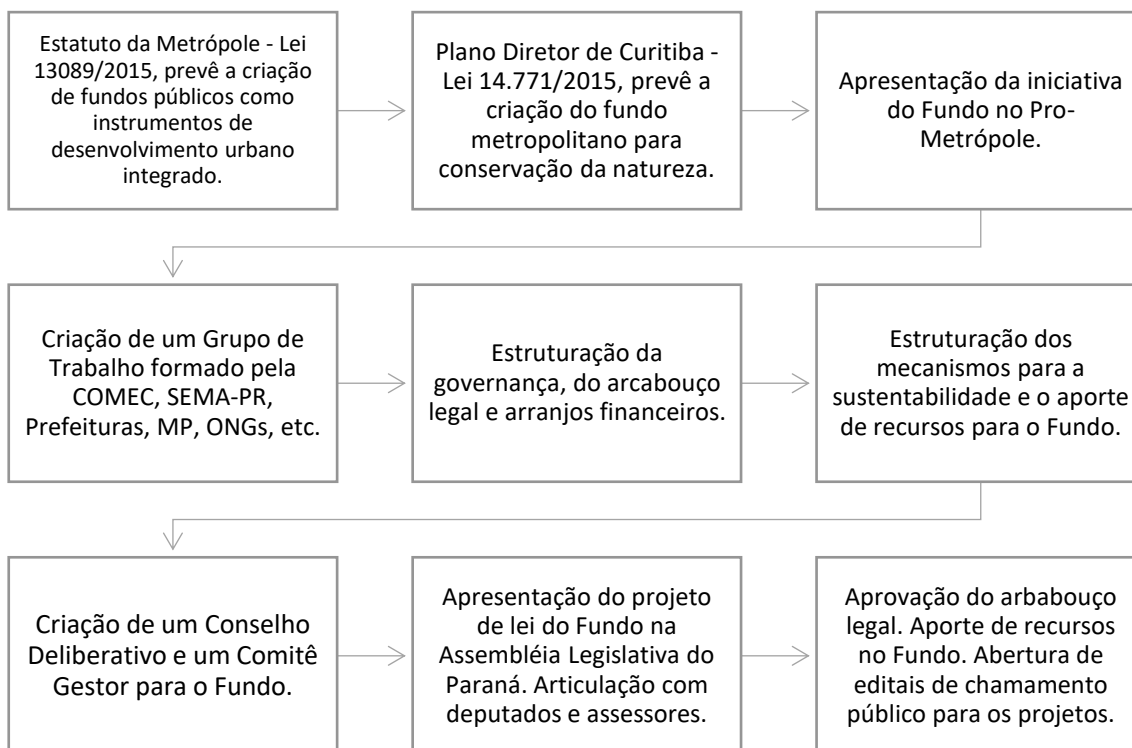
Para garantir a transparência da gestão e efetividade de implementação do Fundo é possível prever um comitê, formado por diferentes setores, para orientar, monitorar e avaliar o andamento das ações, com base nas Diretrizes para a Conservação da Biodiversidade na RMC.

Expectativa de captação de recursos a partir do lançamento do FMCB

A fase de lançamento e promoção do Fundo tem como objetivo a sua implantação efetiva, gerando ampla visibilidade e um reconhecimento expandido a todos os atores envolvidos na iniciativa. Especialmente a própria prefeitura de Curitiba e cidades da Região Metropolitana aderentes. Mas também a todas as corporações que optarem em participar voluntariamente do programa, buscando a obtenção da Certificação LIFE.

Uma meta de 20 a 30 corporações aderirem ao programa permitirá, apenas com esse ingresso, um aporte significativo ao FMCB. E seguido ao seu lançamento, outras modalidades de aportes de recursos deverão ser estabelecidos, incluindo buscas por fontes internacionais, através de editais especializados.

Desenvolvimento da iniciativa



Orçamento

Demanda a ser realizada, com a necessidade de identificar ações assimiláveis pela gestão da PMC/SMMA.

Itens para avaliação de custos:

1. Garantir a existência de uma estrutura de gestão para o trabalho;
2. Arranjos de relacionamento com os diferentes atores envolvidos;
3. Esforços de captação de recursos iniciais;
4. Despesas com o Instituto LIFE para a mensuração do impacto das empresas envolvidas;
5. Negociações com o FUNBIO ou com outra instância gestora do FMCB;
6. Custeio do evento de lançamento;
7. Manutenção do esforço de adesão de novas empresas;
8. Eventos complementares em Curitiba;
9. Participação em eventos nacionais e internacionais;
10. Esforço para amparar o Fundo com recursos adicionais com ferramentas distintas, como multas e fração de taxas públicas, dentre outros.
11. Produção de peças publicitárias e publicações técnicas.

Assinam o presente documento:

Rede de ONGs da Mata Atlântica (RMA);

Mater Natura Instituto de Estudos Ambientais;

Rede Pró-Unidades de Conservação (Rede Pró- UC);

Associação Mar Brasil;

CEDEA (Centro de Estudos, Defesa e Educação Ambiental);

SPVS (Sociedade de Pesquisa em Vida Selvagem e Educação Ambiental);

Nó Latino Americano da Rede de Observação Territorial (RIDOT);

Laboratório de Geoprocessamento e Estudos Ambientais da Universidade Federal do Paraná (LAGEAMB-UFPR).